

19.09.2018 – 11h15

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: **Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto e Federação das Associações Juvenis do Distrito de Viana do Castelo**

Joaquim Lima (Presidente da Direção da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto), Marco Santos e Tiago Gouveia

Diana Cerqueira (Vice-Presidente da Direção da Federação das Associações Juvenis do Distrito de Viana do Castelo)

Recebida por: Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Associativismo Jovem

Exposição: O Senhor Coordenador do Grupo de Trabalho do Regime Jurídico do Associativismo Jovem, Deputado Diogo Leão, cumprimentou os representantes da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto, Joaquim Lima, Presidente da Direção da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto (FAJDP), Marco Santos e Tiago Gouveia e a Vice-Presidente da Direção da Federação das Associações Juvenis do Distrito de Viana do Castelo (FAJDVC), Diana Cerqueira explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra aos Representantes da FAJDP para a intervenção inicial.

Os representantes da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto (FAJDP) cumprimentaram os Senhores Deputados e referiram, designadamente que o que defendem são quatro questões vitais: a introdução de benefícios fiscais equiparando as associações juvenis às IPSS, a criação de novas formas de valorização do trabalho voluntário, a introdução de instrumentos que contribuem para a resolução do problema dos territórios e da sua demografia, existem territórios que pela sua especificidade têm uma baixa densidade populacional, isso faz com que a lei tenha que ser suficientemente abrangente e capaz de ser generosa perante essas especificidades e a questão da substituição da atual burocracia por parte do IPDJ.

Interveio, de seguida, o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) que teceu algumas considerações sobre a revisão do Regime Jurídico do Associativismo Jovem.

A representante da FAJDVC referiu, mormente que a questão do IVA realmente é uma situação importante. Disse que a questão do IRS não é significativa. De facto, muitas vezes os trabalhos são trabalhos precários, as associações não têm os contabilistas, algumas delas porque não há

essa necessidade e depois também não compensa ter um contabilista para depois receber o que não vai pagar sequer a contabilidade.

Intervieram, de seguida, os Senhores Deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Diogo Leão (PS), Luís Monteiro (BE) e Rita Rato (PCP) que agradeceram a exposição, tendo ainda colocado algumas questões, mormente sobre:

- A par da questão do IVA que foi de facto foi bastante referida, não só ali como na audiência que tiveram com a FNAJ, quais as outras matérias que em sede de especialidade podiam melhorar;
- Que incentivos é que o Estado pode encontrar para aumentar a participação de jovens não só nas associações, mas nas suas direções.

Em resposta, os representantes da Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto referiram, designadamente que obviamente que entendem que uma associação deve ser presidida tendencialmente por um jovem. No entanto, tal facto nem sempre é possível.

Em resposta, os representantes da Federação das Associações Juvenis do Distrito de Viana do Castelo mencionaram, nomeadamente que não consideram que a questão do IRS seja negativa.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na [página internet do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de São Bento, 19 de setembro de 2018

A assessora

Inês Cadete